

# A política e a arte da desqualificação

Virgínia Fontes\*

## Resumo

O ensaio analisa os significados da política no Brasil e o papel do Partido dos Trabalhadores, cujo surgimento prenunciou profunda requalificação do sistema político, apontado pela imprensa e por cientistas políticos como ineficaz, precário e pouco desenvolvido. Para tanto, acompanha o percurso histórico das relações entre sociedade civil e sociedade política no Brasil do século XX, à luz da conceituação gramsciana. Configura-se uma ampliação unilateral e seletiva do Estado brasileiro, com uma forte integração dos setores de base empresarial, concomitantemente ao uso tanto da coerção oficial quanto privada sobre as formas organizações populares. O PT original caracterizou-se por três traços centrais: partido organizativo de classe; tensão entre base social, base partidária e direção e, finalmente, tornou-se o avalizador do conjunto do sistema político. Nos anos seguintes, entretanto, o PT deslocou-se paulatinamente para o âmbito eleitoral; abandonando os eixos de sua atuação original, tornando-se um partido como os demais.

**Palavras-Chave:** partido dos trabalhadores; desqualificação da política; requalificação da política; ampliação seletiva e unilateral do Estado; reforma intelectual e moral; significado do sistema político brasileiro.

Foi como um agregado desses indivíduos isolados, sem propriedade e roubados das solidariedades comunitárias, que a ‘multidão trabalhadora’ finalmente entrou para a comunidade de cidadãos. (...) o pressuposto histórico de sua cidadania foi a **desvalorização** da esfera política, a nova relação entre ‘econômico’ e ‘político’ que reduziu a importância da cidadania e transferiu alguns de seus poderes exclusivos para o domínio totalmente econômico da propriedade privada e do mercado, em que a vantagem puramente econômica toma o lugar do privilégio e do monopólio jurídico. A desvalorização da cidadania decorrente das relações sociais capitalistas é atributo essencial da democracia moderna. (Ellen M. Wood, *Democracia contra capitalismo*. SP, Boitempo, 2003, p. 183)

**A** criação do Partido dos Trabalhadores prenunciou uma *requalificação da política* como possibilidade efetiva e inovadora no cenário político brasileiro. Esse ensaio pretende suscitar uma reflexão sobre o conjunto do sistema político brasileiro e sua significação. Que sentidos o Partido dos Trabalhadores gerou e modificou, tanto para o conjunto do sistema político quanto do ponto de vista dos trabalhadores?

\* Docente do Programa de Pós-Graduação em História da UFF; Coordenação Colegiada do Curso Realidade Brasileira (UFF/Proex-MST); pesquisadora do CNPq. Esse ensaio contou com a dedicação de Renake Neves e Rodrigo Teixeira, bolsistas de Iniciação Científica CNPq/UFF. E-mail: vfontes@altenex.com.br

O surgimento do PT impôs exigências ao conjunto da política<sup>1</sup> no Brasil, ao insurgir-se contra as tradições arraigadas que recorrentemente induziam à desqualificação da atividade política. O PT privilegiou, em seus 10 primeiros anos, a precedência da organização de classe sobre a representação eleitoral. Em seguida, gradual mas firmemente, o partido deslocou-se, adotando como eixo a centralidade do âmbito eleitoral. Afastou-se do terreno no qual sua existência encontrava originalmente sentido: o da organização de classes. Que significados recobriram esses dois momentos, para a conjunto das atividades políticas no Brasil?

Estamos diante de um processo em curso, de significados que estão em pleno constituir-se, o que assinala os limites desse ensaio que não se pretende exaustivo, mas indicativo.

## Que política?

Na vida social constroem-se formas de percepção corriqueiras, como se a sociedade expressasse imediatamente seu significado profundo. Como os ditos populares, essas representações podem ser agudas e incisivas, mas nem sempre são consistentes e problematizadas. Tendem a ser genéricas, generalizantes, voláteis e fluidas. Muitas vezes, dizem algo e o seu contrário e ambos parecem óbvios e simples. Como tais representações derivam de lutas e embates sociais variados e esses não são nem explícitos nem óbvios, é circunscrevendo tais conflitos que se pode compreender a formação dessas visões genéricas. Algo similar ocorre com a visão ou representação dos partidos políticos na vida brasileira.

O descrédito e desqualificação da política – a corrupção, o clientelismo, os favores, a ocultação dos debates, os acordos escusos, o favorecimento de familiares e amigos – são mencionados e lastimados recorrentemente. No dia seguinte, porém, admite-se que política, no fundo, é isso mesmo; que na prática a teoria é outra. Uma expressão recentemente popularizada exprime bem esse sentimento difuso: “na política brasileira, *tudo acaba em pizza*”. As mais sérias disputas políticas diluem-se nas pizzarias da capital federal, onde confraternizam os adversários e onde se ajustariam as diferenças, acerto discreto, longe dos olhares do grande público. Essa visão não é nova e se reitera regularmente.

Desde o Império, no século XIX, com o jogo partidário limitado ao embate entre conservadores e liberais, mediados pela presença do Poder Moderador, ironizavam-se as diferenças entre luzias e saquaremas: “nada mais parecido com um conservador do que um liberal no poder”. Na 1ª República (1889-1930), os partidos políticos, regionalizados, não se constituíam em referência central para a política. Os comentaristas e os historiadores referem-se ao “pacto

---

<sup>1</sup> Estaremos designando por práticas políticas os traços fortes característicos da atuação de conjunto do sistema partidário e, especificamente, dos parlamentares ligados ao Partido dos Trabalhadores.

oligárquico” e à “política do café com leite”, apontando a irrelevância dos partidos e sua fraqueza no Afonso Arinos de Melo Franco inicia o capítulo sobre partidos políticos na República brasileira, com um item intitulado “mentalidade anti-partidária”, cuja primeira frase é: “A mentalidade republicana era federal, em primeiro lugar; em segundo, anti-partidária em sentido nacional”<sup>2</sup>. No pós-30, e, em especial, no pós 1945 - no curto período de vigência de um Estado de Direito com regras eleitorais que, limitadas embora pela exclusão do voto de analfabetos, permitem falar em procedimentos eleitorais de cunho democratizante — os escândalos sucederam-se no universo da representação eleitoral. “Mar de lama”, práticas golpistas, clientelismo, denúncias abertas de uns contra outros<sup>3</sup>. O golpe militar de 1964 retomaria o mote e, ao impor o que denominou de “saneamento” da vida partidária, cassando inúmeros mandatos parlamentares, agitou fartamente da bandeira do fim da corrupção<sup>4</sup>.

A eliminação dos partidos empreendida pelos militares e sua substituição pelo bipartidarismo, em 1965 – com a criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ambos sem a designação de partido, o que era significativo - aprofundaria o descrédito na prática parlamentar, desqualificação que incidia agora por outro viés, pela escassa relevância de sua atuação. Duplamente, pois, esvaziava-se a política – como atuação parlamentar e como forma de pensar o mundo social, sendo profunda a despolitização empreendida de maneira sistemática pela ditadura.

No longo e tortuoso processo de retorno ao Estado de Direito ocorreria uma retomada do fôlego partidário, em dois momentos e dois níveis: o crescimento da expressão oposicionista, entre 1974 e 1979 e a reconstrução do sistema partidário, a partir de 1980. Com a redução da censura à imprensa, novamente ganham impulso denúncias de corrupção.

Ao longo da década de 1990, alguns cientistas políticos sublinhavam a fragilidade institucional da política no Brasil. Maria D’Alva G. Kinzo, em texto de caráter fortemente prescritivo, considera existir um caso típico de *subdesenvolvimento partidário*. Denuncia a falta de mecanismos que assegurem a corresponsabilidade pelos programas e ações do governo; o regime presidencialista, para ela, exerce efeito negativo sobre o sistema partidário, com a individualização e personalização da disputa política; há uma desconexão entre os resultados eleitorais para o Executivo e o Legislativo, dificultando a formação de maiorias estáveis; o marketing individual e as alianças regionais assumem papel crucial em detrimento de propostas consistentes em âmbito nacio-

<sup>2</sup> Franco, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 3ª ed., SP, Alfa-Omega, 1980, p. 53.

<sup>3</sup> A expressão “mar de lama” foi cunhada pela UDN e ecoada através de uma imprensa igualmente escandalosa. Cf. M. V. M. Benevides. *A UDN e o udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro*. Rio, Paz e Terra, 1981, p. 89.

<sup>4</sup> Ver A. Stepan. *Os militares na política*. Rio, Artenova, 1975, especialmente o capítulo 10 – Os militares no poder: primeiras decisões e problemas políticos.

nal; a legislação partidária seria demasiadamente permissiva, abrindo flancos para a ausência de compromisso programático dos eleitos com o seu partido e agravando a ausência de identidades partidárias bem definidas, acrescidas pela existência de legendas de aluguel (“partidos criados apenas como moeda de troca na disputa pelo horário gratuito de propaganda eleitoral ou para alguma outra finalidade”). Conclui que o sistema brasileiro “combina as mazelas do presidencialismo com as de um sistema de representação proporcional defeituoso e uma legislação partidária exageradamente permissiva. Sob tais condições o mais provável é a perpetuação de governos minoritários e fracos...”<sup>5</sup>

Em texto ainda mais fortemente prescritivo, Bolivar Lamounier apontava para a permissividade e baixa inteligibilidade dos sistemas partidário e eleitoral, além da problemática conjugação entre uma presidência plebiscitária e um exacerbado consociativismo da estrutura política (o que significaria uma atuação mais voltada para bloquear eventuais maiorias do que uma responsabilização efetiva dos governantes, com legitimação eleitoral de uma maioria consistente).<sup>6</sup>

“Em registro distinto, Renato Lessa, em Fórum sobre Partidos Políticos no Brasil, realizado em 1994 considerava que os partidos políticos brasileiros cumpririam bem apenas – a de suas funções – a de organizações voltadas para a conquista do governo – mas “não fazem nenhuma das três [funções] anteriores – canalização, organização e socialização política dos cidadãos”. A constituição de 1988 teria ampliado a incorporação eleitoral (direito a voto a partir de 16 anos) mas a *baixa efetividade da política* ajudaria a “difundir-se no país a noção, de senso comum, de que *a atividade legislativa é inócua*.”<sup>7</sup>

Em agosto de 2004, Veríssimo – cronista arguto e muito popular, cuja coluna é publicada regularmente no jornal *O Globo* – mencionava as idas e vindas de capitais, numa semana onde mais um escândalo ocupava as manchetes de jornais:<sup>8</sup>

“Você lê essas histórias de fortunas migrando entre os poucos bolsos de sempre, indo para paraísos fiscais e contas ofishór e voltando disfarçadas, o milagre de dinheiro estéril gerando mais dinheiro estéril, a grande e interminável farra do capital no Brasil, e é como se lesse sobre os buracos negros, algo que não lhe diz respeito, que se

<sup>5</sup> Kinzo, M. D’Alva G. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 1993, citação da p. 20.

<sup>6</sup> Lamounier, Bolivar. *A democracia brasileira no limiar do século XXI*. SP, Konrad Adenauer, 1996. Este texto defende de maneira entusiasta o governo Fernando Henrique Cardoso, considerando que se havia conseguido reconstituir o capital político brasileiro e “a mágica atende pelo nome de Fernando Henrique Cardoso...” p. 26.

<sup>7</sup> In: Maranhão, Helena P. (Org.) – *Fórum de Partidos Políticos no Brasil*. Série de Debates realizada Museu da República, RJ, 1994. Grifos meus, VF.

<sup>8</sup> Henrique Meirelles, presidente do Banco Central indicado pelo governo Lula e ex-diretor do Bank of Boston, acusado de manter domicílio eleitoral no Brasil porém domicílio fiscal nos EUA; Luiz A. Candiota acusado de receber depósitos de doleiros em conta não declarada e Cassio Casseb, presidente do Banco do Brasil, por envolvimento com contas bancárias em paraísos fiscais.

passa longe do seu café com leite. *E no entanto a moral desse bordel é a moral dominante no país, agora, incrivelmente, mais do que nunca.* É a que determina nossa expectativa de vida. Seus apologistas dizem que não há nada de ilegal no turismo sexual que o capital financeiro faz no Brasil para reproduzir a si mesmo, *como se o escândalo não fosse justamente sua legalidade.*"<sup>9</sup>

A visão mais corriqueira no Brasil atual é que escândalo político é elemento constante e normal da política. No âmbito da representação eleitoral, a voz do senso comum — amplamente difundida pela imprensa — é a de que todos os políticos são iguais, preocupados apenas em "salvar o seu ganho", descomprometidos com qualquer causa coletiva ou pública. Em viés mais acadêmico, isso corresponderia à racionalidade própria da política. O *toma-lá-dá-cá* seria sua forma de expressão naturalizada, contra a qual se esbraveja mas que corresponderia, no fundo, a uma cultura brasileira enraizada. Quem sabe, devido a uma falta de educação do povo? Quem sabe devido a elementos ancestrais?

Há, entretanto, outro elemento fundamental a considerar nesse quadro. Apesar de seu permanente descrédito e desqualificação, as instituições representativas vêm funcionando desde 1889 praticamente sem interrupção. Exceto durante o Estado Novo (1937-1945), eleições se sucedem, partidos se criam, transmigram, se encerram. A última ditadura militar (1964-1985) no Brasil foi, inclusive, considerada por muitos como excepcional, exatamente por manter abertas instituições representativas (o mais longo interregno foi após a decretação do AI-5, com a suspensão do Congresso durante quase um ano) e realizar eleições regulares, ainda que castradas e cerceadas.

A melhor maneira de compreender o fenômeno talvez seja exatamente essa: atentar para suas contradições.

## A ampliação seletiva e unilateral do Estado – classes sociais e política no Brasil

Ocorre no Brasil, ao longo de todo o século XX, a formação lenta, porém constante, de diversas associações de grandes proprietários (de terra e de capitais), que se organizam a partir de seus pólos de interesse e se enraízam no Estado<sup>10</sup>. Sonia Mendonça analisou a construção da Sociedade Nacional de Agricultura, iniciada no século XIX, e suas tentaculares e expressivas ligações com o Estado no Brasil; a começar pela criação do Ministério da Agricultura,

<sup>9</sup> Veríssimo. *Nosso café com leite*. O Globo, 5/8/04, p. 7. Grifos meus, VF.

<sup>10</sup> Essas associações correspondem ao que Gramsci nomeia como sociedade civil, como aparelhos privados de hegemonia, isto é, como organizações de interesse com base de classes porém atuando no sentido de produzir uma vontade coletiva, uma forma específica de percepção do mundo e de ação.

Indústria e Comércio, já no século XX, passando pela implementação dos cursos de Agronomia (em concorrência clara com a Sociedade Rural Brasileira, com base em São Paulo)<sup>11</sup>. Leopoldi<sup>12</sup> e Saar<sup>13</sup> mostraram como o jogo corporativo foi imposto, a partir da década de 1940, apenas para os sindicatos de trabalhadores; enquanto as associações de base empresarial permaneceriam atuando sob uma dupla forma – a corporativa, na qual se beneficiavam de recursos fornecidos pela legislação – e a paralela, na qual podiam manter sua autonomia sem dobrar-se às injunções impostas aos trabalhadores. René Dreifuss, em duas obras essenciais para a compreensão histórica do Brasil contemporâneo, analisa o papel dessas associações em dois momentos cruciais: no golpe de 1964 (quando contaram com significativo apoio de associações de base multinacional) e nos trabalhos da Assembléia Constituinte, em finais da década de 1980<sup>14</sup>. Para o período mais recente, há inúmeras pesquisas sobre a expansão das formas associativas, a maioria dedicada às ONGs. Há, entretanto, uma já importante diversidade de trabalhos sobre a relação entre organizações empresariais e política no Brasil<sup>15</sup>.

Ao longo de todo o século XX desenvolve-se a associatividade entre diversos segmentos empresariais como base para a participação nos foros estatais, permitindo uma concomitante formação de quadros. Isso se traduz, não sem tensões, por uma ampliação gradual do Estado em direção às frações subordinadas das classes dominantes. Ocorria assim uma *nacionalização* crescente dos interesses empresariais: estes capacitavam-se a generalizar interesses regionais e parciais, apresentando-os como expressão de necessidades nacionais; em geral traduzidos em termos como *desenvolvimento* ou *modernização* e transformando-os em políticas de Estado. Seus canais de expressão são amplificados por sua participação em foros estatais, em partidos políticos, na definição de políticas educacionais e de formação para os trabalhadores e, finalmente, através da grande imprensa.

<sup>11</sup> Mendonça, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro*. SP, Hucitec, 1997; *Agronomia e poder*. Niterói, Vício de Leitura, 1998 e *A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945)*, Niterói, Eduff, 2002.

<sup>12</sup> Leopoldi, M. A. P. *Política e interesses na industrialização brasileira. As associações industriais, a política econômica e o Estado*. Rio, Paz e Terra, 2000.

<sup>13</sup> Saar, Elisabeth. *A Firjan ontem e hoje: a representação industrial do Rio de Janeiro (1827-1975)*. Dissertação de Mestrado, Ippur/UFRJ, 2000.

<sup>14</sup> Dreifuss, René A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 5ª ed., Petrópolis, Vozes, 1987 e *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis, Vozes, 1989. Com outro foco de análise, inúmeros outros trabalhos mencionaram esse fenômeno, inclusive Fernando Henrique Cardoso, que sublinhava os “anéis burocráticos” ligando o empresariado ao Estado no Brasil. Este autor, entretanto, considerou o fenômeno como atributo da tecnocracia imposta pela ditadura. Finda a ditadura, o fenômeno não mais lhe causou espécie.

<sup>15</sup> Vale ver Bianchi, A. *Hegemonia em construção. A trajetória do PNBE*. SP, Xamã, 2001; e Saes, Décio. *Capitalismo e processo político no Brasil*. SP, Boitempo, 2001. Ver também Diniz, E. *Globalização, Reformas econômicas e elites empresariais*. Rio, FGV, 2000.

Esse arranjo responde a pressões sociais e políticas, pressões com origem interna aos grupos dominantes (tensões entre agro-exportadores e industrialistas; entre setor comercial e setor industrial; entre setores de ponta – financeiros e/ou industriais – e os demais, etc.), mas também externas, oriundas tanto da conjuntura internacional quanto da emergência de organizações de setores populares e de suas reivindicações. O processo expressa os anseios difusos de “civilização” ou de “modernidade” procedentes dos grupos dominantes. A própria dinâmica da expansão econômica exige, de tempos em tempos, a incorporação de novos grupos expressando novos interesses ou desdobramentos dos já instalados.

A ampliação do Estado, que exigiu a mediação partidária, ocorreu prioritariamente através da integração desses setores organizados ao aparelho estatal, através de instâncias especialmente criadas para atender a tais interesses e que se recobriam de um aspecto “técnico” ou de defesa de “interesses nacionais”; posto que, incrustadas no Estado, dele emanavam. Organizavam-se os interesses econômicos e uma formatação da institucionalidade do Estado de forma a serem minimamente perturbados por eventuais modificações introduzidas pela expressão eleitoral. Em outros termos, instaurava-se uma separação entre econômico (o mercado e a propriedade) e o alcance da política, desvalorizando-a. Porém sua efetivação demanda a mediação de formas ativas, que são também políticas – organizativas e ligadas ao Estado.

A permanência e continuidade da forma política representativa asseguraria, de um lado, espaço para o encaminhamento de alguns conflitos entre estes mesmos setores; desde que as arenas fundamentais, no plano das entidades da sociedade civil e em seu espelhamento na composição dos órgãos estatais, estivessem preservadas. Isso permitiria a manutenção da representação e uma relativa distância frente a ela a cada vez que setores populares ameaçassem furar o bloqueio interposto. Simultaneamente mantinha-se e desqualificava-se o conjunto da política.

Um caso quase clássico de modernização conservadora, de realização da imposição dos interesses capitalistas por uma revolução passiva. A peculiaridade da modernização brasileira foi a seletividade dessa ampliação do Estado, pela manutenção da coerção privada (praticamente oficializada) ao lado da coerção estatal direcionada para as formas de associatividade de cunho popular. A coerção privada de grandes proprietários (rurais e urbanos) seguiria como norma, com intimidações, assassinatos e com a constante recriação de grupos de extermínio, culminando com a inserção eleitoral de pistoleiros em regiões de maiores tensões sociais<sup>16</sup>. A essa violência direta privada acrescentaria-se a coerção estatal francamente seletiva: interdição de partidos, controle de “vadiagem”,

<sup>16</sup> Ver Alves, J. C. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, APPH-Clio/Sepe-Núcleos Caxias, N. Iguaçú e S. J. Meriti/Biblioteca Comunitária Oscar Romero, 2003 e Mattos, M. B. (Org.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio, Faperj/Arquivo Público do RJ, 2003.

prisões discricionárias, discriminações de várias ordens. Garroteadas as formas organizativas dos setores dominados, era-lhes acenado unicamente o viés eleitoral e, ainda, seriam responsabilizados pela má escolha dos governantes... Apesar de todos esses óbices e obstáculos, ainda assim houve processos de aprofundamento da participação política de cunho popular, erradicadas através de golpes de Estado.

*A ampliação do Estado, no sentido gramsciano, ocorreria aqui de maneira unilateral, posto que realizada através desse mecanismo, apoiado no intenso e aberto uso da coerção, tanto privada quanto emanando do Estado.* As lutas pela socialização da política (em seu duplo viés, organizativo e partidário) defrontavam-se com poderoso aparato que tendia a esterilizá-las *ex ante*. O acesso ao voto acenava com a possibilidade de democratização, mas esta permanecia uma possibilidade.

Com isso compreendemos como se constroem certas visões comuns, generalizadas através de pares opositivos, expressões genéricas e algo vagas do que seria uma “tradição” brasileira. O Estado ora é apresentado como forte e todo-poderoso, ora como fraco, frágil, incapaz de agir: um Leviatã paralítico<sup>17</sup>. De forma similar, a nação ora é apresentada como algo de consistente e nítido (os “reclamos” da nação, a “sociedade quer...”), ora é apresentada como ausente e eternamente a instaurar-se.

Ao incorporar, paulatina e progressivamente, segmentos empresariais organizados, produziu-se um Estado nacional forte na defesa dos interesses que o integram. Forte também no uso indiscriminado da coerção aberta e seletiva contra a associatividade popular, assegurando que a “ampliação” do Estado ocorra unilateralmente. Fraco, portanto, para coibir ou reprimir o uso direto da violência pelos grupos dominantes; pois esta é uma questão crucial para a manutenção de um arranjo desse tipo. Fraco também, evidentemente, para assegurar políticas de cunho universalizante; ainda quando instado a isso por movimentos sociais populares consistentes e, mesmo, por avanços eleitorais desses segmentos. As principais disputas, salvo raros momentos, tendem a ser canalizadas para o interior dos próprios grupos dominantes e de suas extensões estatais, recorrendo-se escassamente a uma “nacionalização” da política; isto é, ao recurso à mobilização popular de cunho nacional como forma de apoio ou suporte político.

Estas por vezes ocorreram, extrapolando os estritos limites dessa ampliação seletiva e controlada do Estado. Ainda quando suas reivindicações tivessem como fulcro procedimentos de cunho democratizante, foram golpeadas por ditaduras (em 1935-1946 e em 1964), seguidas de impulsos de modernização conservadora, que incorporavam a conta-gotas e de maneira altamente seletiva alguns dos reclamos populares, ceifados porém de seu componente universalizante.

<sup>17</sup> Divertida expressão formulada por Santos, W. Guilherme dos. *Mitologias institucionais brasileiras: do Leviatã paralítico ao Estado de natureza*. *Estudos Avançados* 7(17), 1993, SP, USP.

Esse o papel fundamental que vem cumprindo o sistema representativo – tornar nacionais (isto é, de atingir uma abrangência territorial expressiva) as opções já em curso da política brasileira, legitimando-a nos momentos eleitorais. Assegura a incorporação eleitoral do conjunto da população, mantendo-a com baixa efetividade. Esse procedimento não resulta de nenhum “maquiavelismo” específico, gestado nas ante-camaras do poder. Responde apenas à lógica contraditória que atravessa uma expansão do sistema representativo (eleitoral) e da incorporação eleitoral aliada a uma ampliação seletiva e unilateral do Estado.

*Um dos mais importantes temas a unir o conjunto dos grupos dominantes brasileiros na arena eleitoral é a própria **desqualificação da política**. Não é um “afastamento” da política, mas uma forma específica de atuar politicamente. Trata-se de uma **política ativa, constante e permanente**, que simultaneamente instaura os elementos de representação parlamentar, reconstitui as formas de relação direta entre as formas associativas empresariais (quer sejam de novo ou velho feitio) e o aparelho de Estado, isolando as decisões mais consistentes do terreno parlamentar<sup>18</sup>. Os setores-chave da área econômica são *blindados* para fazer frente às oscilações eleitorais.*

Essa forma de comportamento das instâncias políticas endossa e assegura o funcionamento de instituições representativas e, simultaneamente, as mantém numa ordem subordinada.

Algumas das mais conhecidas teses no Brasil - a de que haveria uma predominância “atávica”, quase “naturalizada” do Estado sobre a Sociedade (ou sobre a “sociedade civil”) no Brasil – apenas reelaboram, de maneira mais ou menos criativa, as teses liberais clássicas de um Estado pairando “acima” da sociedade. Discutem sua correspondência ou distância ao modelo do pacto e, portanto, da obediência legal às normas instauradas pelo mesmo Estado; vêem-no como uma espécie de monstro (Leviatã) ou o seu contrário e corolário, como pai generoso, cujas marcas genéticas remontariam à Península Ibérica<sup>19</sup>. Seguindo o fio teórico marxista (e gramsciano), para o qual o Estado corresponde à sociedade e não se erige acima ou fora dela, é possível perceber os elos que ligam essa forma de Estado às formas de organização dos grupos dominantes no Brasil e, em seguida, compreender desdobramentos atuais da desqualificação da política, que gesta permanentemente.

<sup>18</sup> Ver Diniz, E. e Boschi, R. “Globalização, herança corporativa e representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas.” In: Boschi, R., Diniz, E. e Santos, F. – *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*. SP, Fund. Konrad Adenauer, 2000.

<sup>19</sup> Ver Fontes, V. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil.” *História Debates e Tendências*. V. 4, n. 2. Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Univ. de Passo Fundo.

## Das formas de luta

Que papel restaria às organizações de base popular? Em primeiro lugar, contrapor-se ao aprisionamento das instâncias estatais às formas organizativas empresariais. Organizar-se, pois, de forma similar aos setores empresariais: associações de interesses capazes de, simultaneamente, manter sua autonomia de classe e penetrar nos espaços estatais (públicos) para assegurar a generalização de tais reivindicações, num procedimento que estamos aqui chamando de “nacionalização”; isto é, tornar nacional um tema ou questão até então circunscrito a demanda um grupo específico, ainda que majoritário. Essa, a função primordial da organização sindical, por exemplo, e de sua confluência em federações e confederações; avançando de demandas específicas, setoriais, para reivindicações de cunho geral, do conjunto dos trabalhadores. Também esse o papel dos movimentos sociais. A violência seletiva brasileira – através da legislação corporativa – manietou apenas as organizações de trabalhadores, as quais tiveram suas tentativas de constituir instâncias autônomas em paralelo ao sindicalismo imposto duramente reprimidas, enquanto suas congêneres empresariais o fizeram impunemente. Apenas os movimentos sociais de base popular sofreram o arbítrio constante, de milícias privadas ou da polícia.

Em segundo lugar, construir partido político voltado para consolidar sua organização em dois níveis: como instância de formulação conjunta de visão de mundo, de pensamento crítico, de elaboração de propostas capazes de tornar nacionais um universo de questões e demandas com caráter distinto daquelas dos grupos dominantes. Capazes de socializar uma outra visão de mundo, contra-hegemônica. Vitórias eleitorais podem ser – ou não – um momento relevante para o partido. Uma socialização efetiva da política depende de sua consolidação organizativa, fazendo com que as reivindicações de classe se tornem consistentes, sejam nacionalizadas e que se requalifique a política como a subordinação do conjunto das instâncias sociais – inclusive o mercado e a propriedade – às amplas maiorias.

Partidos com este perfil estariam melhor posicionados do que os setores dominantes para nacionalizar temas ou problemas, uma vez que sua base social potencial é mais ampla e que o conjunto de suas reivindicações tende a ter formato universalizante – posto dependerem de políticas que, de fato, apliquem-se a todos. Em compensação, dependem de recursos organizativos muito mais precários e escassos e, além disso, tiveram de defrontar-se regularmente com formas de constrangimento e coação profundamente desestimulantes.

Os partidos políticos de cunho popular que procuraram se organizar sofreram, como se depreende, uma dura carga repressiva. Entre 1947 e 1964, a proscricção do Partido Comunista o impedia na prática de assegurar-se de uma representação parlamentar efetiva. Sob a ditadura militar, as organizações de base popular existentes, sindicatos, associações, movimentos e partidos com viés eleitoral ou não, foram duramente reprimidas e tanto o PCB pró-soviético e Pcdob de linha mais próxima à chinesa chegaram ao final da ditadura bastante

debilitados. Decerto, tais debilidades – apesar da violência que contra eles se abateu, tanto sob a forma da repressão imediata quanto através de campanha anticomunista permanente – não derivaram unicamente da repressão. O estalinismo dominante em algumas dessas organizações enrijecia sua capacidade de reflexão e reforçava práticas oportunistas e ambíguas. Crises internas se sucediam.

Em rota exatamente inversa e contrária, as associações empresariais floresceram durante toda a vigência da ditadura, modernizando-se e diversificando suas formas associativas. Para além de seus recursos próprios, contavam com poderosa penetração no próprio aparelho de Estado. O lentíssimo processo de descompressão política encaminhado pelos próprios militares assegurara que tais organizações empresariais voltassem a expressar-se através de partidos políticos, uma vez que a ditadura esvaziara de peso inclusive o partido que, formalmente, deveria lhe prestar apoio (Arena).

A abertura política, iniciada em 1974, deparar-se-ia muito rapidamente com o crescimento de associações populares – de movimentos sociais de escopos variados e do próprio sindicalismo – que impulsionavam-na a outro ritmo e extensão. Conservando poderes ditatoriais, os governos militares continuaram a utilizar a repressão aberta (prisões e assassinatos, torturas e coações diversas) ao lado de expedientes visando limitar seu alcance através de legislação casuística, incidindo diretamente sobre os processos eleitorais.

## O PT e a requalificação da política – 1979-1992

A construção do Partido dos Trabalhadores recolocava em tela simultaneamente a questão da organização de cunho popular e das formas de representação eleitoral e parlamentar a construir. Nascia estreitamente associado tanto aos movimentos sociais que emergiram ao longo da década de 1970 quanto ao sindicalismo. Recusava explicitamente dois moldes organizativos, até então balizas para os partidos populares no Brasil: o modelo comunista e o modelo do trabalhismo (cuja construção havia sido realizada de cima para baixo, estreitamente colado ao sindicalismo de base corporativista).

O formato do partido trazia inovações no cenário político brasileiro: propunha-se a ser aberto para a incorporação de massas populares através do processo eleitoral, mantendo porém a característica de um partido de classes, descentralizado. Pretendia apoiar a consolidação dos diferentes movimentos sociais e, em especial, do sindicalismo, que constituía sua principal base. Estes deveriam entretanto conservar sua autonomia frente ao partido.

Esse perfil partidário colocava-se, desde o início, sob uma dupla perspectiva frente ao sistema parlamentar. O Partido seria constituído segundo as regras legais, definidas sob a ditadura, que constrangiam muitos de seus objetivos. Procurava qualificar-se institucionalmente, objetivando a participação nos pleitos eleitorais. No entanto, se recusava a aceitar o sistema partidário tal

como este se apresentava. Por isso, não engrossou a oposição genérica que se reunia no MDB, o qual, de uma oposição consentida, crescera e passara a canalizar o descontentamento popular, tornando-se uma frente anti-ditatorial. Aliás, o traço plebiscitário que assumiam as eleições sob o formato bipartidarista, levou a ditadura a procurar fragmentar o MDB, em 1979, através da promulgação da Lei de Partidos, que encerrava o período de bipartidarismo (1965-1979) e admitia a construção de novos partidos políticos.

O Partido dos Trabalhadores, portanto, nasce opondo-se ao conjunto das práticas políticas anteriores e criticando o continuísmo e ausência de engajamento classista que caracterizavam o PMDB, ainda que este partido constituísse a força eleitoral anti-ditatorial mais expressiva no início dos anos 1980. Os Partidos Comunistas remanescentes, finalmente legalizados – tanto o PCB quanto o Pcdob – mantiveram-se próximos à órbita do PMDB, a partir de considerações de cunho mais pragmático (possibilidades eleitorais) do que propriamente organizativas.

O novo partido procurava uma forma de ser que o capacitasse a instaurar-se como crítica efetiva do conjunto do sistema partidário brasileiro, de seus traços elitistas, autoritários, corrompidos, distantes das questões efetivas dos setores populares e, sobretudo, negadores de seus vínculos de classe. Para isso, precisava apontar saídas não apenas através de palavras de ordem, mas como prática real, uma outra forma – requalificada – de atuação política.

Seu desafio maior consistia na negação da política existente e em sua **requalificação** como atividade legítima. O PT, enquanto partido, não viveu a experiência da clandestinidade – muitos de seus integrantes, participantes de diversas organizações de luta armada ou de resistência à ditadura, entretanto, atravessaram essa dura vivência. Tinha, desde seus primórdios, o parâmetro da institucionalidade como um dos marcos de sua atuação. Não se tratava porém de uma defesa ingênua da legislação vigente, de mero legalismo formal. O momento de sua constituição, em plena transição de uma ditadura em direção a um Estado de Direito, colocava em pauta a urgência da reordenação constitucional e da reconstrução de boa parte do aparato legal no país. Além disso, as experiências dos movimentos sociais e do sindicalismo demonstravam cabalmente a necessidade permanente de lutar contra barreiras erigidas no terreno do direito à organização de classes e, portanto, auxiliavam a percepção de que conquistas sociais de base popular se instauram através de lutas que atuam muitas vezes empurrando as fronteiras nas quais a legislação procura encerrá-las e reduzi-las.

Para além de sua relação umbilical com o sindicalismo, com movimentos sociais e com segmentos da Igreja Católica (as CEBs), que práticas qualificariam essa atuação política, traduzíveis na esfera propriamente parlamentar?

Como mencionado, a *precedência da organização classista sobre a representação eleitoral*. Em seus primórdios, o PT era um pequeno partido, decididamente combatido pelo conjunto da imprensa, que voltava a acenar com o que era visto como o espantalho maior – um projeto revolucionário e socialis-

ta. Se o PT jamais se proclamou comunista, duas bandeiras (ainda que por vezes contraditoriamente) norteavam o partido: a democracia e o socialismo<sup>20</sup>. Em seus primórdios, sobretudo entre 1979 e 1985, o partido procurou sobretudo organizar suas próprias bases e desenvolveu intenso esforço de coordenação entre os diversos movimentos sociais, com forte apoio de setores da Igreja Católica (em especial os grupos oriundos da Teologia da Libertação), cujas Comissões Pastorais asseguravam o contato entre movimentos dispersos (agrários, urbanos, sindicais). No primeiro pólo, a construção da Central Única dos Trabalhadores-CUT foi fruto de intensos debates e de árduas lutas no interior do sindicalismo brasileiro. O segundo pólo importante foi a consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra-MST. Este, em que pese sua proximidade com o PT, mantinha uma autonomia bastante significativa: o próprio movimento construía formas organizativas próprias a partir de uma vivência rural específica, bastante diferente da vigente no PT. Neste, diferentes tendências disputavam abertamente a primazia no partido, enquanto no MST a coesão interna predominava. Se é provável que esta coesão se relacione ao tipo de lutas que deveriam enfrentar, às dificuldades específicas de sua base social e à brutalidade de seus oponentes, gerando uma socialização incipiente no âmbito da própria produção nos acampamentos, ela consolidou-se através de uma forte ênfase na educação e na formação de seus militantes.

As diversas organizações populares coligadas ao PT abrangiam desde o miolo do país moderno – onde estava o sindicalismo de base metalúrgica, com forte implantação nas empresas multinacionais e nos setores de ponta da economia – até os mais distantes recônditos do imenso território, o mundo agrário, com suas profundas disparidades regionais. O crescimento do PT **não** correspondeu a uma explosão eleitoral, mas a um avanço lento, tenso, porém consistente na consolidação de sua própria militância, o que se traduzia também na ocupação de postos eletivos, conservando o traço fundamental de procurar conjugar a fidelidade à organização e ao partido.

A priorização da organização de classe não pode ser apontada como tendo um perfil especificamente popular ou de base popular. Sequer pode ser definidora da diferença fundamental entre as práticas exercidas pela esquerda ou pela direita. Essa é a forma pela qual as classes se constituem *politicamente* sob o capitalismo, quer sejam dominantes ou dominadas. Os grupos empresariais brasileiros atuaram (e continuam atuando) politicamente, preservando – em primeiro lugar – suas próprias instâncias organizativas. Essa é, aliás, uma das formulações centrais de Antonio Gramsci, ao analisar o funcionamento do Estado capitalista sob sua forma representativa, em processos de democratização (isto é, de ampliação das franquias eleitorais e organizativas). Trata-se, fundamentalmente, da organização da classe – produzindo uma cultura, uma visão

<sup>20</sup> Cf. Gurgel, Claudio. *Estrelas e borboletas. PT – origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio, Papagaio, 1989, pp. 11-130 e Almeida, G. R. *História de uma década quase perdida – 1979-1989*. Niterói, Tese de Doutorado em História, 2000, mimeo.

de mundo, modelando a subjetividade – como condição para sua participação consistente nas instituições existentes, representativas ou outras. É essa organização que permite descortinar necessidades e estabelecer uma coerência na ação, quer seja para manter, modificar ou transformar radicalmente instituições existentes. Nesse sentido, a precedência atribuída pelo jovem PT à organização sobre os procedimentos representativos o qualificavam como um projeto de classes, voltado portanto para a organização de uma classe social definida então genericamente como “trabalhadores”.

Se o primeiro caráter distintivo do PT frente aos demais partidos parece esvair-se, diferenças e pontos de contato merecem ser explorados. Enquanto o principal canal político de expressão da diversidade de movimentos sociais classistas com base no trabalho desaguava no PT, o empresariado e outros setores dominantes dispunham de diversos partidos nos quais derivavam seu apoio. Os mecanismos eleitorais – em especial, o das coligações partidárias – permitiam que os pequenos apetites de setores menores pudessem expressar-se, com baixo risco para a representação do conjunto de seus interesses. Essa prática – que descaracterizava (e segue descaracterizando) cada partido, pela constituição de coligações eleitorais que implicam em ulterior partilha de cargos entre legendas diferentes, entre políticos com práticas políticas distintas, e que associa dirigentes que, na véspera, se acusavam mutuamente – era exatamente o que combatia o PT, ao privilegiar a organização e uma expressão partidária unitária.

Em diversas situações a precedência da organização classista sobre a representação eleitoral fez-se valer nos anos de formação do PT. Ao cabo do enorme movimento social que reivindicava a realização de eleições diretas para a presidência da república em 1984 – o Diretas Já – o PT recusou-se a participar da encenação a que foi reduzido o processo, com a votação indireta (pelo Colégio Eleitoral) de um candidato da oposição consentida, Tancredo Neves. Alguns dos parlamentares petistas infringiram a decisão partidária e votaram no Colégio Eleitoral, tendo sido expulsos do Partido, não sem grandes tensões internas.

Teve de enfrentar, em função dessa opção, desigual combate com os demais partidos e com conjunto da grande imprensa, que defendia a lógica do voto individual (a lógica do representante) contra a definição partidária (a lógica organizativa e classista). As acusações contra o PT, amplamente difundidas, consideravam como naturais as práticas do acerto entre representantes – ainda que à custa da coerência de cada partido – e, na ocasião, legitimavam os procedimentos em curso tornados habituais pelos longos anos de ditadura como sendo os procedimentos normais em casas legislativas.

A acusação principal que sofreu então – a de *purismo*: a de querer permanecer puro e encerrado em seus ideais quando deveria dobrar-se às injunções da normalidade parlamentar – é demonstrativa da tese que queremos expor. O PT, por sua atuação, trazia uma inflexão e um comportamento distintos no conjunto da participação nos foros eleitorais. Não se tratava, necessariamente, de purismo (embora pudesse haver puristas no partido), mas de perseverar no intuito organizativo, o que as práticas representativas arriscavam secundarizar.

Suscitava não apenas a raiva e os impropérios dos demais partidos e da grande imprensa, mas os impelia, num primeiro momento, a defender abertamente o que denunciavam como desvio entre as instituições e as práticas vigentes, desvio que agora seria apregoado como se constituísse a norma e a lógica mesmas dessas instituições. A defesa da realização dos procedimentos que desqualificavam os processos parlamentares ocorria através de uma torção argumentativa peculiar, admitindo-se que, embora lamentável, este era o comportamento possível e, assim, deveria ser encarado como necessário. Defender tais práticas – acordos pelo alto, acertos de última hora, acomodações através da oferta de cargos – equivaleria a defender a democracia.

Vale olhar mais atentamente para as contradições desse processo. Uma requalificação da política parlamentar – com uma participação calcada nas decisões das bases sociais do partido, com fidelidade partidária, reduzindo-se as coligações e bloqueando os espaços de corrupção, freqüentemente denunciados na mídia como as mazelas do Parlamento, era a trajetória para a qual assinalava o percurso do PT. O Partido dos Trabalhadores agia no sentido de corrigir o que era freqüentemente denunciado, na imprensa e entre especialistas, como o fulcro das fragilidades do processo parlamentar no Brasil. No entanto, imprensa e especialistas uniam-se para justificar, ao contrário, as antigas práticas frente a ameaça de correção de rumos que o PT parecia trazer. Não entraremos nas discussões propriamente programáticas dos partidos; estas, aliás, não eram freqüentes nem entre os analistas, nem na grande imprensa. Quando o faziam, enfatizavam o “anacronismo” classista do partido, silenciando sobre as bases classistas dos demais.

Esse procedimento permite evidenciar o fenômeno quase clássico que estamos acompanhando: para os setores dominantes – especialmente no caso brasileiro – a manutenção das formas representativas é importante mas seu compromisso primordial com a organização setorial, voltado para suas próprias instâncias organizativas, tende a desqualificar o conjunto da política como um todo. Para esses grupos, o fundamental são as práticas que derivam diretamente do contato entre essas organizações e o aparelhamento do Estado (em boa parte no Executivo). Em outras palavras, a política fundamental é a que amplia o Estado através da penetração de suas instâncias organizativas na ossatura institucional. A arena parlamentar parece cumprir dois papéis: o de acerto entre os diferentes grupos e este pode revestir inúmeras formas, inclusive o toma-lá-dá-cá; e, sobretudo, o da incorporação subordinada e subalternizada das massas populares, as quais têm amplo direito de voto, a priori desqualificado posto que sem o lastro organizativo e a inserção no âmbito do Estado.

Ocorre aqui uma *pedagogia da anti-política*, na qual as organizações empresariais não se vinculam a nenhum partido em especial, negam sua pertinência de classe, procurando assim a posição de “falar em nome da nação”, recorrendo sobretudo a argumentos técnicos<sup>21</sup>. Como têm seus interesses re-

<sup>21</sup> Este tema foi trabalhado por Chauí, M. *Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas*. 2ª ed., SP, Moderna, 1981.

presentados e assegurados dentro e fora das instâncias propriamente representativas, podem eventualmente prescindir de um ou outro parlamentar ou mesmo de um ou outro partido político.

*A resultante é um jogo duplo e peculiar – a defesa da participação eleitoral, do voto e das instituições representativas é encimada pela permanente denúncia dos partidos e das práticas partidárias. A desqualificação da política não é, pois, um resultado acidental ou uma ausência de cultura política, mas uma cultura política efetiva posta em prática.*

Há, ainda, outro elemento a ser considerado. A luta contra a recente experiência ditatorial brasileira trazia à frente do cenário político a remergência dos setores até então silenciados – sindicais, em primeiro lugar, e populares, de forma genérica. Em inícios da década de 1980, a luta antiditatorial brasileira caminhava na contramão dos processos internacionais. Enquanto na Europa iniciava-se o descenso do movimento sindical – constrangido por sucessivas crises e por um enfrentamento claro e duro do capital, que passava agora a se deslocar entre países (e entre continentes) objetivando quebrar a resistência sindical – no Brasil, em função da anacrônica ditadura, ocorria uma importante reorganização sindical e uma inusitada impulsão de cunho classista contrapondo-se à predominância (acobertada ditatorialmente) dos setores empresariais.

A segunda diferença – e, aqui, fundamental – é que as organizações populares que se reconheciam no PT não ocupavam postos expressivos no Estado, principalmente em âmbito federal ou nacional. Com muitas dificuldades chegavam a ter acesso a instâncias municipais (ou estaduais), quase sempre em posição subalternizada. A ampliação do Estado – com a interpenetração entre os aparelhos privados de hegemonia (ou a sociedade civil organizada) e a sociedade política – mantinha-se bastante impermeável à incorporação de setores populares. Diferentemente dos setores patronais, para os quais a defesa de suas próprias organizações lhes permitia desqualificar o conjunto da representação parlamentar, mantendo-a embora, para um partido classista dos trabalhadores a condição *sine qua non* de alteração do seu grau de participação dependia diretamente de uma requalificação do conjunto da política, inclusive na sua face parlamentar. Construía-se uma *pedagogia política petista*, que se configuraria num dos traços marcantes do partido e que, surpreendentemente, resistia e avançava apesar da intensa propaganda contrária.

De um lado, a defesa da política *tal como era* a desqualificava; de outro lado, evidenciar a desqualificação das formas de praticar a política no Brasil implicava sua profunda requalificação.

Vinha à tona a distância entre a atuação de representantes eleitos e o coração central da política, encastelado alhures na organização das classes e no acesso às instâncias decisórias do Estado, para além da participação legislativa. Para a maioria dos partidos existentes, essa distância era a normalidade da política, o que em parte desresponsabilizava as práticas parlamentares; para o PT a normalidade da política precisava modificar seu eixo, requalificando o conjunto das práticas parlamentares. A precedência da organização popular classista sobre a representação convertia-se na urgência da reorganização e requalificação da representação.

A segunda prática que caracterizaria a atuação do PT no âmbito nacional, em seus primeiros anos, seria a *permanente tensão entre a base partidária* (base que incorporava não apenas os filiados ao PT, mas o conjunto dos movimentos sociais que a ele se agregava), *a direção partidária e seus representantes eleitos*. Várias circunstâncias contribuíam para a evidência dessas tensões. Constituído por tendências diversas – e divergentes – a vitória eleitoral de uma de suas tendências não necessariamente contemplava o conjunto do partido ou de outras tendências e, em alguns casos, poderia traduzir-se na tentativa de predomínio de uma delas sobre as demais, a partir da instrumentalização descortinada pela ocupação de cargos, desde as equipes que cercam as vereanças nas grandes cidades, até a coorte de assessores parlamentares, estaduais e federais. O tema da burocratização do partido vem sendo trabalhada por diversos autores<sup>22</sup>. Sendo um partido que procurava abrigar uma diversidade significativa de movimentos sociais, por vezes com reivindicações conflitantes, tomadas de decisão (parlamentar ou executiva, no caso de prefeituras de certas cidades) poderiam exacerbar as disputas internas. Esse foi o ângulo focado por muitos analistas e, de fato, era um dos pólos da tensão. Diferenças de concepção partidária (a democracia interna do partido) entre basistas e centralistas eram correntes. Esse fenômeno, ao contrário de fragilizar o partido (como muitos analistas supuseram), pareceu consolidá-lo. Em primeiro lugar, internamente, isso traduzia um esforço sistemático para impedir que uma das tendências assumisse de forma acachapante a direção do partido imediatamente após uma vitória nas urnas, acaparando-se do partido, ainda que em âmbito regional, em função dos resultados eleitorais. A existência das divergências internas permitia, ao contrário, manter o horizonte organizativo em que pese a penetração – reduzida embora – do partido em posições estatais. Assim, e o mais importante, essa tensão oferecia uma forte resistência ao descolamento dos representantes e à tendência ao vôo solo que as práticas parlamentares brasileiras estimulam. Para um partido cuja perspectiva explícita era a de assegurar uma estreita relação entre as bases de classe e a direção, os processos eleitorais introduziam uma disjuntiva cruel. Tendiam a isolar – dada a configuração personalizante (individualizante) da estrutura representativa – o representante eleito num circuito previamente demarcado, com uma série de exigências a cumprir pautadas por práticas de classe dominante; a diferenciá-lo de sua base (forma de vestir e de falar, ambientes que passava a frequentar, disponibilidade pessoal de recursos) e a reforçar a perspectiva eleitoral, em detrimento da dimensão organizativa<sup>23</sup>. Assim, as tensões en-

<sup>22</sup> Ver Cesar, B. T. *Verso, Reverso, Transverso. O PT e a democracia no Brasil*. Tese de Doutorado em Sociologia. Unicamp/SP, 1995, mimeo e Garcia, C. *Partido dos Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói/UFRJ, 2000, mimeo.

<sup>23</sup> A exigência de versar parte dos proventos recebidos em cargos parlamentares para o partido também procurava coibir tal descolamento, reafirmando as vitórias eleitorais como resultado de trabalho coletivo e não individual. No entanto, mantém-se no terreno das contrapartidas em dinheiro, implicando em ‘perdas’ que podem ser compensadas por outras receitas, tendo portanto um papel formador menor, embora também importante.

tre as bases e os eleitos cumpriram importante papel na requalificação da política: exibiam a possibilidade da manutenção da relação entre os eleitos e o partido, e impediam a apropriação privada dos postos eletivos, essa espécie de *expropriação eleitoral* através da qual políticos eleitos se descomprometem de suas promessas de campanha (sobretudo as de cunho popular), para aderir aos partidos majoritários, nos quais têm mais possibilidades de assegurar recursos para uma eventual reeleição. Ainda, asseguravam que as formas organizativas populares não fossem *substituídas* por singularidades eleitas tendentes a perpetuar-se em cargos. Mantinha-se acesa a reivindicação da abertura de espaço efetivo, classista, na ossatura do Estado. Que tais tensões tenham chegado a implicar na perda de um ou outro mandato ou a não assegurar a continuidade do Partido em algumas administrações, como em São Paulo, poderia ser secundário frente à construção paulatina de uma efetiva unificação do conjunto de lutas.

A terceira prática importante do PT para o conjunto da experiência político-parlamentar brasileira foi o de *fiador da requalificação* dos procedimentos parlamentares. Enquanto as práticas precedentes decorriam de uma exigência organizativa própria e ligavam-se portanto tanto aos movimentos sociais classistas quanto ao movimento sindical, esta deriva mais das circunstâncias nas quais ocorria esse processo e aportaria elementos contraditórios para o percurso ulterior do partido. Pouco numerosos porém coesos; mantidos à parte das principais vias de acesso à ossatura do Estado, os parlamentares eleitos pelo PT desencadearam um processo bastante peculiar de análise das políticas públicas e de evidenciação do *modus operandi* do parlamento brasileiro. Tornou-se o partido que acompanhava sistematicamente os procedimentos decisórios, instaurados e/ou derivados do âmbito parlamentar. Assumiam o papel de avalistas dos procedimentos normativos no âmbito do legislativo. Acompanhavam minuciosamente os orçamentos nacionais; as contas prestadas pelas agências públicas (Banco Central, Ministérios, etc.) e deslançaram averiguações sobre inúmeros procedimentos incorretos ou ilegais. Protagonizaram inúmeras iniciativas de Comissões Parlamentares de Inquérito-CPIs e denunciavam, em geral com documentados dossiês, as práticas corriqueiras desqualificadoras do conjunto da política nacional. Novamente, foi duramente atacado pela imprensa e por analistas políticos, como sendo uma prática *desleal*, como *denuncismo*. Argumentava-se que um partido nanico abusaria da condição de oposição para atirar pedras na vidraça daqueles que estariam no governo, que não teriam outra opção a não ser as práticas já conhecidas.

Tal prática decorria das anteriores e, simultaneamente, introduziria um elemento perturbador à sua função primeira, a de organização. Ao atuar como um pólo aglutinador de diversas tendências classistas e de diversas formas organizativas (rurais e urbanas, sindicais e outras), o partido agia naquilo que Gramsci denomina *reforma intelectual e moral*, isto é, construindo na reflexão e na sua própria prática a percepção de que era possível agir de outra forma, conduzir-se de outra maneira, não perder os vínculos de classe e solidificar uma visão de mundo que não se reduzisse a um agregado fragmentário de impres-

sões e de vivências, produzindo um horizonte crítico, revolucionário, transformador, capaz de resistir às pressões dominantes e de estabelecer um horizonte de ação de novo tipo. Isso exigiria entretanto: a permanência do horizonte organizativo de classes como precedência (com todas as dificuldades reais que tal exigência impõe); o aprofundamento da reflexão crítica levada a efeito sobre as formas de funcionamento das instituições em vigor, e portanto, na produção de um conhecimento rigoroso sobre as formas de atuação das classes dominantes e do Estado no Brasil; e, finalmente, a socialização da formação, capacitando o conjunto da militância a agir de forma similar, em todos os níveis.

Em outros termos, para manter-se no horizonte organizativo, era imperioso produzir conhecimento sobre as formas da organização do poder no Brasil e socializar não apenas esses procedimentos, mas o conhecimento que deles derivava. Entretanto, a urgência das tarefas e sua superposição tenderiam a concentrar em alguns parlamentares a especialização dessas atividades; passavam a ser praticamente insubstituíveis, fragilizando o elo entre as bases sociais e os representantes eleitos.

A produção de conhecimento não opera no vazio, sendo também atravessada por conflitos dos quais o mais importante, para o caso em questão, é o que admite (ou não) a própria existência das classes sociais<sup>24</sup>. A função do partido, para Gramsci, é promover uma profunda reforma intelectual e moral e ela implica em rigorosa exigência cognitiva (esta, porém, não deve estar jamais subordinada de maneira imediata à política) e sobre a ampla socialização dos conhecimentos produzidos, assim como das contradições evidenciadas.

Se esse passo não ocorrer, o conhecimento tende a se centrar sobre a própria atuação realizada pelo partido – sobre os movimentos sociais, sobre os sindicatos e o sindicalismo, sobre as contas nacionais e ministeriais – mas não chega a atingir o âmago organizativo – de classes – do Estado. Ou, pior, tende a incorporar acriticamente o que provém da *intelligentsia*, historicamente propensa no Brasil a aderir a modismos e a orbitar em circuitos próximos dos núcleos de poder. Na outra vertente, a socialização do conhecimento demanda uma nucleação efetiva das bases do partido, de modo a formá-las não de maneira mecânica, mas através de leituras, de debates e contraposições. Decerto, debates ocorriam – e muito vivos – no PT, mas a formação tendia a concentrar-se no interior de cada tendência. A produção de conhecimento e sua socialização (formação) foram sempre frágeis no partido. A reforma intelectual e moral arriscava a reduzir-se a uma reforma moral.

Ainda assim, dado o contexto de profunda desqualificação intelectual e moral da política parlamentar no Brasil, considerando-se tanto o conjunto de referências da imprensa como a própria literatura especializada, uma reforma moral profunda teria impacto significativo. E isso começou a ocorrer. O partido, no plano nacional – com a atuação que pejorativamente chamaram de *denuncismo* e de *purismo* – através de seu próprio comportamento passou a

<sup>24</sup> Cf. Bourdieu, P. “O campo científico”. In: P. Bourdieu – *Sociologia*. SP, Ática, 1983.

instaurar-se como o pólo moral, como uma espécie de repositório da coerência partidária e de classes frente às práticas que se reconheciam abertamente como amorais, com a banalização da corrupção, de apadrinhamentos, de negociações de troca de votos por cargos, etc.

À medida em que o partido se consolidava na sua atuação organizativa, passava progressivamente a pautar, a definir pautas de comportamento (de fato) para os procedimentos parlamentares e eleitorais, ainda que fosse minoritário, ainda que contasse com pequena expressão numérica. O cunho moral mais relevante era o de que *era possível participar da política de outra forma*. E que essa outra forma seria a forma correta, não corrompida de fazer política.

## Da classe ao mercado eleitoral – as contradições do processo (1992-2002)

Esses, os principais significados da trajetória do Partido dos Trabalhadores em seus primeiros dez anos de atuação, com ênfase para sua participação nos trabalhos constituintes, que se encerraram em 1988, com a promulgação da nova Constituição. As primeiras eleições presidenciais – realizadas em 1989 – levariam Lula ao segundo turno, defrontando-se com um candidato, Fernando Collor de Mello, que reunia todas as forças conservadoras e tinha o apoio da grande imprensa.

Recém saídos de uma longa experiência ditatorial, com suas instâncias organizativas setoriais assegurando uma ampla participação nas instâncias decisórias no aparelhamento do Estado e atravessando período de crise econômica, os setores empresariais não se coligaram em torno de uma única legenda e, assim, uma enorme variedade de partidos fragmentava o voto dos grupos dominantes. Essa prática – a de considerar todos (exceto alguns) os partidos como “seus” partidos, garantida pela prática de coligações, revelar-se-ia bastante arriscada pela emergência do PT. Assim, ainda no primeiro turno, ocorreu uma correção de rumos, tendo a campanha se centrado naquele candidato que mais reunia condições para constituir-se num anti-Lula. No caso, Fernando Collor de Mello, filho de alianças familiares entre setores terratenientes e empresariais, ligando o nordeste ao sudeste, o qual inclinou-se, de bom grado, aos novos ventos neoliberais. Isso permitiu a realização de um segundo turno, opondo Collor a Lula. A vitória de Collor apoiou-se em inúmeros expedientes e em portentosa campanha de marketing, na qual se procurou reduzir a indignação popular a clichês, como a de uma “caçada aos marajás”<sup>25</sup>.

Derrotado embora, um pequeno partido, com apenas dez anos, demonstrava condições de empalmar as eleições majoritárias, com um candidato de extração operária e uma efetiva organicidade classista. O PT passaria a ser,

<sup>25</sup> Ver Oliveira, F. de – *Collor – a falsificação da ira*. Rio, Imago, 1992.

doravante, o partido que se deveria combater, embora o combate procurasse focar-se – significativamente – na personalidade de Lula.

A sucessão de escândalos do governo Collor foi inicialmente minimizada pela imprensa<sup>26</sup> e por analistas políticos, lastreados na *normalidade desqualificadora da política*. O terreno da representação parlamentar porém se modificava e a presença moral e moralizante do PT surtira efeitos. Para contrapor-se a Lula e ao PT não seria mais possível contar com o primeiro aventureiro disponível, ainda que ele fosse vendável num mercado eleitoral, como Collor. Não bastava mais cumprir apenas as pautas políticas demandadas pelos setores dominantes. É nessa brecha que toma corpo o Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB, com Fernando Henrique Cardoso (FHC) à frente, partido fundado em 1988 e que se credenciava como um partido moderno; isto é, desprezando considerações tidas como ideológicas. Admitia e defendia que o mundo, tal como existia, era o mundo necessário – em especial, na retórica da globalização. Para além de exibir um currículo no qual não constavam deslizes e corrupções de cunho pessoal, FHC abria a possibilidade de angariar um amplo espectro de apoios, inclusive populares. Sua trajetória pregressa o apresentava como um socialista, um democrata. O plano de estabilização monetária apoiada na abertura internacional da economia aos capitais financeiros – plano Real - elaborado por Cardoso e uma equipe de economistas em 1992, consolidaria sua confiabilidade para os setores empresariais. Alterava-se o terreno da institucionalidade política, incorporando agora o pressuposto moralizante como condição para candidaturas majoritárias (especificamente as presidenciais), expresso na candidatura FHC.

O PT deparou-se com uma situação inusitada. Tornara-se o partido avalista e fiador da própria política no país. Minoritário, entretanto. Sua posição demarcava os limites do admissível no comportamento do conjunto da representação política. Ora, essa situação o colocava numa situação contraditória, entre a defesa do conjunto do sistema político ou a manutenção de sua prioridade até então vigente, a da organização de classes.

Dois outros fatores precisam aqui ser levados em conta: o primeiro e mais importante foi o desmoronamento da União Soviética, com a evidenciação inegável de seus problemas, o que abalaria fortemente convicções de cunho socialista. Fomentada pela impulsão do neoliberalismo e pelas transformações nos processos produtivos, expressava-se a dúvida de que o fim das classes já fosse uma realidade. O mundo atual aparecia como regido pelo pragmatismo econômico e social, e pela pura orquestração das instâncias político-partidárias-parlamentares, com a vitória da democracia (reduzida a sistema parlamentar) sobre a revolução (reduzida a momento pontual e explosivo)<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> Silva, C – *O incontrolável mundo de Veja*. Pesquisa em andamento, material apresentado para exame de Qualificação de Doutorado em História, Niterói, UFF, 2003.

<sup>27</sup> Sobre as mudanças nas concepções teóricas do PT, ver Teixeira Neto, E. C. - *A crise do marxismo no projeto político da esquerda: Organizações, Intelectuais, Visões de Mundo (1979-1998)*, Pesquisa em andamento, material apresentado para exame de Qualificação de Doutorado em História, Niterói, UFF, 2003.

O segundo fator resulta do sucesso de Lula na eleição presidencial de 1989: o partido tinha chegado muito próximo de alcançar uma vitória eleitoral no principal cargo eleitoral em disputa no país, dadas as características presidencialistas (forte preeminência do Executivo) do sistema político. Considerações de cunho eleitoral geravam a possibilidade real (e a tentação) de alterar a dinâmica até então seguida, ainda que com dificuldades, pelo partido, de priorizar a via organizativa; mantendo-se no terreno das classes sociais. Instaurava-se a dúvida - não seria o caso de inverter tal perspectiva, de centrar-se sobre a importância - real e simbólica - de uma vitória nas eleições presidenciais para, em seguida, retornar ao eixo classista? Afinal, a questão da revolução havia sido - de fato - adiada no plano internacional; no plano nacional, o partido já desempenhava o papel de fiador das instituições representativas e obrigava, inclusive, os setores dominantes a construir um "anti-Lula"... Para muitos essa alteração consistiria apenas ampliaria a potência do partido, recentrando o projeto petista no processo eleitoral para, ulteriormente, retornar ao seu eixo fundamental.

Os diversos fatores se retroalimentariam, fomentando uma mudança de rumos no partido com consequências cruciais para o conjunto da política no Brasil. O avanço conservador na Igreja Católica, com o silenciamento da Teologia da Libertação no início dos anos 1990, anunciava uma nova diretriz evangelizadora e estimulava uma filantropização da atuação católica. A limitação da reforma intelectual e moral petista a um de seus aspectos - a do papel moralizante do partido, assegurando a correspondência entre a atuação parlamentar e os próprios parâmetros balizadores dessa atuação (parâmetros sobre os quais, lembre-se, o partido não tinha força e expressão numérica para influir decisivamente na definição) - arriscava-se aqui a um percurso francamente reducionista. Se a diminuição da reforma intelectual e moral para o âmbito apenas moral resultara de dificuldades que podemos considerar como objetivas - de ordem cultural e/ou de ordem prática - ela ainda contava com poderosos elementos subjetivos impulsionando a exigência de construir uma reflexão à altura do processo organizativo deslançado pelo partido. Esses elementos subjetivos comportavam a problematização e a exigência do aprofundamento cultural e intelectual das massas; comportavam o tensionamento constante com vistas à constituição de um *homem novo*, onde o pertencimento social dos indivíduos singulares deveria se tornar cada vez mais claro, permitindo vislumbrar a dimensão dos desafios que um efetivo processo de transformação social colocava. Em outros termos, estava em jogo a crítica aos procedimentos mercantis como se fossem similares à natureza humana; a recusa da redução a um procedimentos burocráticos de instauração de hierarquias; a crítica ao imediatismo pragmático; a clareza quanto à unidade das lutas em sua diversidade; a importância da socialização em todas as esferas da vida social. O desafio consistia no fortalecimento de outras formas de relacionamento humano e social que, ainda que submetidas às injunções da expansão do capitalismo no Brasil (portanto, configurando-se em práticas subordinadas) permitiam, pela própria

contradição que instauravam frente à realidade dominante, questionar em todos os níveis – nos locais de trabalho, nas organizações sindicais e sociais, no próprio partido, nas relações humanas, enfim – sua reprodução insistente e insidiosa.

Esse fator subjetivo, que depende de relações partidárias objetivas, seria entretanto secundarizado. Para atingir, em curto espaço de tempo, uma *eficácia* eleitoral, era preciso aprender e copiar o comportamento *pragmático* do adversário. A diferença entre as visões de mundo de uma e outra classe se esvaíam, substituídas por um campo de confronto comum: se o terreno da luta era comum – o processo eleitoral – as armas a utilizar deveriam ser as mesmas. Desapareciam as diferenças de classe no embate que, agora, apresentava-se como *confronto entre equivalentes* e deveria transcorrer no único terreno apresentado como comum e o único legítimo – o espaço eleitoral.

O sentido da política, para o PT, começava a admitir como eixo central a representação e não mais a organização de classes. Para conseguir bom êxito, seria necessário recorrer às práticas e hábitos vencedores de eleições e não mais às práticas que consolidavam a organização classista. Isso implicava admitir que o mercado eleitoral deveria tornar-se o palco central da ação partidária e seu local de investimento prioritário. O futuro deixava de ser um horizonte transformador e passaria a expressar-se como a imediatividade dos resultados. Questões classistas eram apresentadas ou como velhos problemas, ou como devendo ser repensados num futuro mais distante, quando as eleições estivessem asseguradas.

Parcela expressiva do partido resistia, porém. As tensões internas entre bases, movimentos sociais, direções partidárias e eleitos deveria agora ceder lugar a novas práticas. E rapidamente. As decisões deveriam ser agora legitimadas não por sua capacidade organizativa, mas pela eficiência medida em votos. O mercado eleitoral ganhava precedência sobre o mundo dos trabalhadores.

O Partido tinha muito a aprender, nesse novo terreno. Não sabia lidar com o marketing, com os setores médios, com a publicidade<sup>28</sup>. Nesse terreno, entretanto, não se aprende: contrata-se e paga-se especialistas para realizar o que fôra até então desempenhado por uma militância convicta mas não eficiente para o tipo de tarefas a desempenhar. Para contratar os melhores publicitários era preciso assegurar um aparato partidário gerador de recursos financeiros para tanto. A propaganda eleitoral parece tão mais eficiente quanto mais recursos existem para pagar mão de obra (cara, quanto ao marketing; baratíssima, num país de desemprego crescente, para ostentar camisetas e bandeiras a custo diário módico e sem as reclamações socialistas da militância). A organicidade de classe deveria operar agora no sentido inverso – o de transformar-se em meio para a consecução de fins prioritariamente eleitorais.

<sup>28</sup> Vale ver, a esse respeito, a defesa do marketing para as campanhas eleitorais, levada a cabo por Almeida, J. *Marketing político – hegemonia e contra-hegemonia*. SP, Xamã/Fundação Perseu Abramo, 2002.

As duas dinâmicas, a organizativa e a representativa, entravam em conflito. O predomínio da tendência majoritária Articulação – base de apoio de Lula no Partido dos Trabalhadores – deveria, portanto, defender sua posição contra os que persistiam na organização classista como base do Partido; sem entretanto, dismantelar as instituições – especialmente as de base sindical – que o sustentavam e vertebravam. Esse passo implicava numa correção de rota, num giro através do qual o partido adotaria crescentemente o papel proposto pelos grupos dominantes para o sistema político ainda que não fosse este o comportamento que esses mesmos grupos adotavam.

Os setores empresariais reforçavam sua atuação *classista política* mantendo a consolidação de suas organizações e, para fazer frente ao PT, avançando numa unificação, expressa na aliança entre o PSDB e o Partido da Frente Liberal (PFL), partido derivado da Arena, sustentáculo da ditadura, concretizada em 1994. Com a proeminência de F. H. Cardoso, desenhava-se uma grande coligação burguesa no Brasil, reforçando-se os vínculos entre as diferentes áreas empresariais, a grande imprensa destacando-se como porta-voz avançada da modernização neoliberal, sob a direção do capital financeiro multinacional. Ridicularizavam os comportamentos e a organização de classe, sublinhavam o eixo parlamentar como o único eficaz para a atuação política pragmática, reduziam a concepção de política ao terreno do mercado eleitoral e, por fim, desvinculavam os processos eleitorais da economia – esse, o eixo fundamental. Neste terreno não deveria mais haver alternativas, consistindo as eleições em processos de ajustes – ou em variações sobre o mesmo tema: o reinado soberano do mercado, em todas as suas facetas, inclusive eleitorais.

Iniciava-se uma ampla legitimação da “sociedade civil” (com viés filantrópico ou como associações pontuais ou genéricas, não classistas), apresentadas como *apolíticas*, como base do exercício do controle dito social sobre o poder parlamentar. Garantiam-se os espaços já ocupados no interior do aparelho político e se asseguravam, inclusive, de sua ampliação, desde que essa “sociedade civil” não mais explicitasse uma vinculação de classes. Por sua atuação, o PT forçava os setores dominantes a avançar no terreno da política.

O PT, que colocara claramente a exigência da relação classista como legítima, vinha conseguindo *requalificar a atuação política, em seu sentido amplo, sem desvinculá-la das múltiplas instâncias da vida social – o direito, a economia, o sistema eleitoral, a subjetividade, etc.*<sup>29</sup>. Ao alterar sua rota, apresentando-se como o defensor da lógica da representação como se esta pairasse acima das classes sociais, acima de seus intuitos

<sup>29</sup> Contraopondo-se às avaliações anteriores, Leôncio Martins Rodrigues, em texto recente, encontra “partidos com perfis ideológicos mais nítidos, com patamares mais altos de disciplina e de fidelidade partidária, capazes paradoxalmente de coexistir com altas taxas de migração e fragmentação partidária, corrupção e individualismo de uma parcela ponderável de políticos. No final, as novas pesquisas permitem indagar se os partidos brasileiros seriam efetivamente a geléia geral, inorgânica, amorfa, incompetente e corrupta, como crê a opinião pública e uma parcela dos cientistas políticos.” *Partidos, Ideologia e composição social. Um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. SP, Edusp, 2002, p. 33.

organizativos, como se comportasse uma dinâmica própria e específica, assumiria aos poucos a fala e o comportamento propostos pelos grupos dominantes. Estes, entretanto, jamais se ativeram a essa lógica.

Em que condições ocorreu tal inflexão? O que significaria do ponto de vista do conjunto da atividade política no Brasil? A década de 1990 representou uma penosa experiência para o conjunto dos trabalhadores no Brasil e, conseqüentemente, para o próprio PT. A implementação das políticas de cunho neoliberal acarretou em duro impacto sobre as organizações de base classista: os índices de desemprego fragilizavam os sindicatos e as centrais sindicais; a precarização da força de trabalho recolocava, com mais vigor, a importância da organização de base classista mas defrontava-se com o acirramento da competição entre os trabalhadores. Aceleradas através da implantação do Plano Real, em 1992, com o controle do processo inflacionário; as políticas neoliberais permitiram um pequeno alívio para os setores assalariados, sobre os quais incide mais duramente a inflação, e passaram a apresentar-se como uma relação de novo tipo entre os partidos dominantes e os setores populares, como a efetivação, enfim, da modernização e da eficiência mercantil.

As campanhas publicitárias e o apoio da grande imprensa em prol das privatizações ocorreram em todos os níveis. A massa de recursos despendida – inclusive intelectuais – foi formidável. A defesa das privatizações não se limitou à venda de empresas estatais e, como fogo na ravina, atacava os serviços públicos universalizantes, denunciados como incapazes, incompetentes – e, de fato, estes eram muito limitados. A ampliação seletiva e unilateral do Estado no Brasil impedira historicamente uma generalização de conquistas sociais nas áreas de saúde, educação, saneamento, habitação, etc. Estas vinham sendo exatamente o fulcro das lutas, de base classista, que o PT capitaneava. Por último, contrapunham-se os servidores públicos aos demais trabalhadores ne:– o fato de estarem protegidos das demissões e contarem com melhores aposentadorias era exasperado na imprensa, exatamente num momento de demissões.

Se a atuação do PT impusera uma politização requalificada para os setores dominantes, estes formulariam agora uma agenda política para a incorporação subalternizada dos setores populares: uma agenda de cunho democrático-filantropico. O crescimento de Organizações Não-Governamentais experimentara um salto exponencial com a realização da ECO-92. As ONGs recusavam a participação político-partidária e referências de cunho universalizante, denunciadas como totalitárias (diferentemente de movimentos sociais como o MST, cujo eixo permanecia claramente classista e voltado para políticas de cunho nacional). Forneceriam, rapidamente, a base e o suporte para essa incorporação subalternizada, contando inclusive com fartos recursos internacionais (Banco Mundial, Ford Foundation, dentre outros). O problema da igualdade seria substituído pelo tema da pobreza<sup>30</sup>; da formulação de políticas nacionais, o foco deslo-

<sup>30</sup> Cf. a esclarecedora pesquisa, ainda não publicada, de Luiz Eduardo Mendonça. *A pobreza no Brasil: medidas e sentidos*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, IPPRU/UFRJ, 2000.

cava-se para questões pontuais, específicas. Todos, sem dúvidas, problemas reais e urgentes: drogas, meninos de rua, terceira idade, racismo, sexismos diversos, destruição da natureza. Incompreensíveis fora do eixo de classes, que permitia consolidar a organização contra a generalização de um capitalismo selvagem. O PT não se opôs a essa nova pauta, centrada na mensuração da pobreza.

Com isso, o próprio tema da pobreza poderia trocar de mãos. Seria agora empunhado pela associação entre ONGs e agências governamentais, com o apoio multinacional. A própria política encaminhada pelo Estado sob o governo Fernando Henrique encarregar-se-ia de destruir as formas universais precedentes de base popular, estimulando doravante uma associatividade despolitizada como forma política – como foi o caso do Programa Comunidade Solidária, capitaneado por Ruth Cardoso, antropóloga e mulher do então presidente. A sociedade civil de já longa tradição no Brasil encontrava, finalmente, seu canal mais sólido de legitimação: a perpetuação da intimidade das associações de interesses no Estado duplicava-se agora com a interpenetração no Estado de sua rede de base filantrópica.

A base social do PT modificava-se, em uma das maiores crises dos setores populares no Brasil. Por um lado, estiolava-se o movimento sindical ao aprofundar-se o desemprego, dessolidarizando os que conservavam suas posições no mercado de trabalho – às quais precisavam se agarrar – e os que tinham suas vidas precarizadas e tornados distantes das questões sindicais. A violência privada permanecia, assim como o comportamento policial arbitrário e socialmente seletivo. Aprofundavam-se as já gritantes desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira. Por outro lado, a angústia popular crescente não era mais silenciada na imprensa, mas exposta em grandes manchetes, acompanhadas de receitas de *como sair da crise* através do contato com essa nova forma de definir, recortar e organizar alguns setores populares, capitaneada inclusive por grandes setores financeiros nacionais (como os empreendimentos do Banco Bradesco) ou internacionais. Configurava-se uma nova pauta de atuação empresarial no Brasil, de cunho democrático-filantrópico.

No PT, a dúvida sobre a centralidade da opção eleitoral, em detrimento da opção organizativa, aprofundava-se. Entretanto, parecia possível a alguns associar-se a essa nova forma organizativa que, afinal, acenava com movimentos de base social – mantendo-se o eixo sindical já conquistado, ainda que reduzido – e aprofundar a investida eleitoral, vista agora como única saída para inverter o processo em curso. Essa foi a rotação realizada pelo Partido dos Trabalhadores ao longo da década de 1990. Não realizou tal giro sozinho: uma expressiva parcela da CUT, em linha similar à do Partido, endossava comportamentos pragmáticos<sup>31</sup>.

<sup>31</sup> Apenas como exemplo, vale lembrar a criação do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, em 1990, que direcionava a CUT para a gestão financeirizada do desemprego e para a *empregabilidade*, e a crescente importância, no PT, de setores sindicais ligados à gestão dos fundos previdenciários. Francisco de Oliveira chega a falar da constituição de uma nova classe emergindo do sindicalismo. *O ornitorrinco*. SP, Boitempo, 2003.

Ao completar-se, este giro significava não mais lastrear as formulações partidárias em termos de classes sociais e, portanto, em perder a ênfase nitidamente anticapitalista, como a que até então predominara no Partido dos Trabalhadores.

Contribuía para esse processo a redução moralizante na qual incidira o partido e o papel assumido de lastro do sistema político. Do ponto de vista de formulações intelectuais originais, o partido pouco se destacaria nos anos 1990 – incorpora as novidades internacionais, muitas vezes de forma acrítica e, com isso, perde quadros para as práticas políticas capitaneadas agora pela aliança dominante no plano nacional, agrupando PSDB e PFL que, estes, atuavam em estreita conexão com amplos segmentos intelectuais internacionais, a começar pela própria atuação de Cardoso e de sua equipe doutoral. O custo social da experiência neoliberal liderada por Cardoso, entretanto, reduzia suas possibilidades de apoio popular. Divergências entre as próprias bases empresariais faziam-se sentir, pelo rápido e profundo grau de fragilização de setores empresariais frente ao setor financeiro e especulativo.

Para o PT, sem a base classista, tornava-se difícil enfatizar uma visão efetivamente contra-hegemônica, na qual a organização dos trabalhadores se contrapusesse ao modelo mercantil, consumista e moderno difundido por todos os meios. O Partido dos Trabalhadores tendia a acantonar-se na defesa das instituições vigentes e no controle dos atos de corrupção – os quais, aliás, não faltaram nas duas gestões FHC<sup>32</sup>.

De forma alguma esse processo foi linear, mas sim atravessado de longas e dolorosas convulsões no interior do próprio partido. Uma dupla linguagem começava a ter lugar no interior do PT – a manutenção da expectativa socializante na linguagem era acompanhada pelo crescimento de uma atividade de cunho pragmático, voltada para as vitórias eleitorais pontuais e para a consolidação do partido no âmbito parlamentar. A aceitação de coligações eleitorais – em especial a da candidatura Lula à presidência, o vice José Alencar, empresário oriundo de um minúsculo partido de cunho resolutamente liberal, o PL (Partido Liberal) – o aumento da distância entre os parlamentares eleitos e a base do partido, a própria modificação na composição sócio-econômica da direção partidária ocorria simultaneamente à manutenção de uma linguagem que mantinha o cunho socializante. As resistências no partido seriam vistas como desobediência partidária (caso do Rio de Janeiro) e como desvios do eixo tornado agora fundamental, a vitória nas eleições presidenciais. Procurava-se apaziguar os descontentamentos com os acenos de que, com uma vitória eleitoral enfim, o partido voltaria a ser o que era antes.

<sup>32</sup> Os exemplos mais escabrosos foram a violação do painel eletrônico de votação do Senado, pelo líder do PFL, Antonio Carlos Magalhães e a acusação de desvio de verbas realizado por Jader Barbalho, então presidente do Senado. Ambos renunciaram, no ano de 2001, para evitar a cassação de seus mandatos. Ambos retornaram ao parlamento, em 2003, pelo voto – o primeiro ao Senado e o segundo à Câmara de Deputados.

O perfil externo mantido pelo PT, portanto, parecia corresponder à continuidade de sua atuação original e não se apresentava como imediatamente diferente de suas práticas anteriores. O partido atuara nas lutas contra as privatizações levadas a efeito pelo governo Cardoso e atacara as contra-reformas de cunho neoliberal que vinham sendo regularmente enviadas ao Congresso Nacional. Havia conseguido inclusive certo destaque, ao obstaculizar a realização de algumas delas (em especial, a da Previdência Social) e reduzir o ritmo e a amplitude de outras.

A campanha eleitoral para a presidência (em 2002) foi conduzida de forma completamente distinta das que caracterizavam o partido: um especialista em marketing eleitoral, Duda Mendonça, substituiu as práticas militantes. Pela primeira vez, em grande escala (posto que experiências similares porém menores ocorreram em outras campanhas eleitorais, ao longo da década de 1990), o partido pagava a desempregados para carregarem suas faixas, descaracterizando a ativa participação de suas bases. O PT fazia uma campanha eleitoral exatamente nos moldes como os demais partidos.

O partido entrava resolutamente no mercado eleitoral. O produto a vender era, ainda, a possibilidade de uma política de cunho socializante. Este produto porém não está à venda e depende de sólidas organizações com clara perspectiva anticapitalista para se impor, de baixo para cima. Era previsível que um resultado eleitoral positivo trouxesse forte impacto e funda decepção.

Forte impacto que recairia sobre diversas áreas. A perspectiva de uma vitória do PT assustava o conjunto dos setores dominantes e estes fizeram intensa campanha contra Lula. Inclusive no âmbito internacional, exigiu-se que o partido desse provas cabais de que não mais se configuraria como um partido contra a ordem. Temendo um bloqueio eleitoral, Lula avaliza os acordos internacionais com os credores, ainda durante o governo FHC, posição difundida através da *Carta aos brasileiros*. Da mesma forma como no âmbito internacional já se demarcava o teor da atuação governamental, a imprensa nacional tratou de balizar e estabelecer também uma pauta de atuação, desde antes do processo eleitoral, mas com especial ênfase a partir dos resultados da primeira fase (quando Lula obteve 46,44% dos votos, contra José Serra, com 23,20%). Dizia o que poderia e o que não poderia ser feito em eventual governo Lula e, durante alguns meses, haveria um uníssono *diktat* do “mercado” face à probabilidade da eleição de Lula<sup>33</sup>. A calma viria com a designação dos principais cargos no Executivo, no qual os setores financeiros dominantes conseguiriam manter posições chave, em especial na área econômica, controlando os Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com Luiz Fernando Furlan, empresário com atuação próxima aos setores multinacionais<sup>34</sup>, o Banco Central, com a nomeação de

<sup>33</sup> Vale fazer uma breve consulta dos editoriais e das colunas dos analistas políticos e econômicos dos diários de circulação nacional O Globo, Estado de São Paulo, Valor Econômico e Gazeta Mercantil. Para a imprensa semanal, conduta similar foi adotada pela revista Veja.

<sup>34</sup> Ver currículo resumido em <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/ascom/curriculos/cvFurlan.pdf>.

Henrique Meirelles (presidente do FleetBoston Global Bank e presidente mundial do BankBoston entre 1996 e 2001, quando se aposentou da instituição)<sup>35</sup> e o Ministério da Fazenda, com a nomeação de Antonio Palocci, cuja atuação de cunho empresarial na Prefeitura de Ribeirão Preto já havia sido razão para elogios em matéria da Folha de São Paulo, jornal de grande circulação nacional, próximo aos grandes grupos econômicos<sup>36</sup>. Outro elemento de acalmia, a designação do Conselho de Desenvolvimento Social, que deveria agrupar a “sociedade civil” e atuar em conjunto com o governo eleito: dentre seus 90 conselheiros, 41 são representantes diretos de empresas e/ou associações empresariais e 16 são representantes de associações de trabalhadores.

Ainda que cercado de todas as garantias – a começar pela presença solene de Lula no Fórum Econômico Mundial, em Davos, em 2003 e sua assertiva de que não haveria default (calote) no pagamento da dívida externa brasileira; pela realização do “dever de casa” para o Fundo Monetário Internacional, extraindo imensos superávits fiscais para assegurar a sangria do pagamento da dívida externa – nem o PT nem Lula se tornaram confiáveis aos setores empresariais (de base nacional e/ou associada). Sequer a incorporação do programa de contra-reformas implementado por Fernando Henrique Cardoso, ainda que à custa da expulsão de diversos de diversos parlamentares, resistentes a uma revolta tão rápida e que se recusaram a participar das votações da contra-reforma da previdência converteria o PT num partido confiável. Não por falta de o empenho de seus dirigentes, mas porque boa parte de sua base social tem origem nos meios sindicais e de trabalhadores urbanos e rurais. Apesar do primeiro impacto que a eleição de Lula para a presidência representou para os setores empresariais, tal impacto vem sendo rapidamente amortecido.

A grande imprensa parece oscilar, porém essas oscilações não são aleatórias. Continua a estabelecer os limites para a atuação do governo do PT. Ora se desmancha em elogios pelo crescimento da democracia brasileira, por ter conseguido, enfim, alçar um ex-operário à presidência, dando provas de sua maturidade. Exibe o acerto de suas previsões auto-cumpridas: eleições não mudam nada na política nacional. Ora, ao contrário, escandaliza-se quando o PT ou Lula expressam vinculações com segmentos populares organizados, como quando Lula posou para fotos com o boné do MST – mas isso se torna cada dia mais raro. Há inúmeros exemplos, mas artigo assinado em *O Globo* demonstra não apenas a desconfiança nutrida e estimulada com relação ao PT, como indica a direção dessa oscilação – afaga os setores dominantes do PT mas desqualifica sua trajetória histórica classista:

<sup>35</sup> Ver o impressionante artigo de Michel Chossudovsky, no qual apresenta os elementos de comparação entre a política do BankBoston no Brasil e na Argentina. *Brasil: neoliberalismo com rosto humano*. Disponível em: [http://resistir.info/chossudovsky/brasil\\_25abr03.html](http://resistir.info/chossudovsky/brasil_25abr03.html). Acesso em 9/8/2004.

<sup>36</sup> Vasconcelos, Frederico. “Usineiros fazem campanha para o PT”. *Folha de São Paulo*, p. A-14, 22/10/2000.

Este governo do Lula tem duas cabeças: uma para o dia, outra para a noite. De dia, mostra-se liberal, democrático, ouvindo as opiniões da sociedade, cria conselhos de cidadania, de profissionais, mas, quando cai a noite, com suas corujas e morcegos, vultos embuçados se reúnem na sombra dos ministérios e garagalham como bruxas de disco infantil: “há... há... eles caíram na armadilha... Democracia, o cace-te!... Vamos controlar tudo, vamos ‘reeducar’ esse governo burguês, porque o Lula está inteiramente dominado pelos neoliberais!” [...] “estão injetando veneno para revolucionar o poder por dentro” [...] “... agora, chegaram os ‘profissionais’ do bolchevismo, com missões muito precisas para ‘mudar os rumos do operário vacilante que é o Lula’.” [...] “Os jornalistas têm denunciado o chamado ‘aparelhamento’ do Estado, o que significa infiltrar membros do PT em toda parte, porque no imaginário do partido eles são ‘melhores’, ‘revolucionários’, etc... E isso tem sido visto como um cacoete risível do PT; mas a coisa está ficando grave.” [...] “Rola um perigo de ‘chavismo’ no horizonte. [...] Está começando uma ‘revolução dentro da revolução’ neste governo. Os ‘soviéticos’ querem tomar o Palácio do Planalto, como em 1917. O ridículo é que já estão dentro.”

O impacto mais forte e detergente da rotação de rumos do partido incide sobre as bases populares que se constituíram como pólo de aglutinação e de organização. O partido tende a agir como diluidor das formas precedentes que o instauraram. Além de dobrar-se às ingerências dos setores empresariais ou de setores médios reduzidos numericamente mas excessivamente ciosos de suas prerrogativas, vem atuando ativa e rapidamente no sentido de desmontar qualquer manifestação mais consistente do que fora outrora sua própria base. Uma atuação pragmática – visando a garantia do governo Lula e, sobretudo, a expansão eleitoral – deve rapidamente substituir toda e qualquer referência de cunho classista, vista agora como ameaçadora. Essa diluição configura a destruição mais severa que o PT vem fazendo no campo das lutas populares no Brasil contemporâneo. Expulsão de parlamentares eleitos pelo partido que se recusaram à velocidade de tal giro governista. Isolamento e ameaças aos parlamentares petistas que insistem em evidenciar a contradição entre a prática anterior e a atual. Controle e isolamento da Central Única dos Trabalhadores – CUT, abafando-se as lutas internas, ligadas às posições classistas anteriores. Predomínio quase absoluto da Articulação (tendência dominante no PT eleito) em todas as instâncias organizativas ligadas ao partido. Coligações com vistas às eleições municipais e estaduais abandonam as práticas classistas anteriores e expressamente as desqualificam. A direção do partido isola uma aguerrida militância histórica. Em contrapartida, abriu enorme campanha nacional de filiações, feitas agora sem nenhuma referência às práticas classistas anteriores.

A rotação do PT completa-se e ele se esforça por tornar-se um partido exatamente como os demais, adotando celeremente as práticas da desqualificação da política que, até então, ele próprio denunciara e procurara requalificar. O processo não foi instantâneo nem imediato, embora a velocidade tenha se acelerado drasticamente após a vitória eleitoral. O moralismo reducionista, despedido

das referências às práticas de classe efetivamente desalienantes, o conduz a uma prática de cunho pragmático, tendo adotado o horizonte eleitoral como o eixo norteador de sua atuação. Esse “esquecimento” das classes sociais lhe parece bastante conveniente, no âmbito do mercado eleitoral. Mas, como dizia Mané Garrincha, em genial tirada, quando o treinador apresentava-lhe um formidável plano de jogo, cheio de técnicas e fórmulas matemáticas: “você já combinou isso com o adversário?”

Nem as classes sociais, nem as lutas que derivam de sua existência e das contradições que elas geram desaparecem ou desaparecerão apenas porque setores dominantes (na economia, no Executivo, no setor parlamentar ou na mídia) assim o desejam. Negar sua existência, desqualificar suas formas de luta contam, decerto, com apoio em boa parcela da intelligentsia nacional e internacional. Negar as razões que explicam as desigualdades brasileiras, com programas para combater genericamente a fome, não as fazem desaparecer. Apenas obscurecem e tornam mais difícil e árduo o trabalho de organização popular e das lutas que, por estarem ancoradas na própria realidade, não dependem nem derivam do PT. Se a vitória do PT possibilitava uma requalificação da política, não o fez. Ao contrário, aprofunda de maneira brutal sua desqualificação. A desqualificação ativa e acelerada da política que a rotação do PT gerou o confirma como mais um dos partidos da ordem. E essa ordem nutre-se dessa mesma desqualificação.

O processo histórico não se circunscreve entretanto ao âmbito da atuação do PT. A própria vitória eleitoral deste partido não decorreu unicamente de sua ênfase marqueteira, de cunho eleitoral e não organizativo. Ao contrário, demonstra o quanto suas bases de classe estão vivas, embora não possam mais ter no PT o seu partido, partido que criaram e elegeram.

A consciência aguda dos problemas sociais brasileiros não deriva apenas da condição trágica com que são expostos seus exemplos na imprensa nem da caridade que mostra a miséria para melhor louvar o gesto filantrópico. Deriva das *contradições reais* nas quais vive a maioria da população; uma tal consciência somente pôde se impor como problema nacional à medida que ocorreu um processo organizativo que, apesar da modificação encaminhada pelo partido, permanece latente. Em condições mais adversas, de forma mais surda. Apesar da mudança de rumos do PT, profunda requalificação da política pode estar em marcha, sem as ilusões que nutriram – e desviaram de sua rota – o antigo partido dos trabalhadores.

*Recebido em junho de 2004.*

*Aprovado em setembro de 2004.*

*Title: Politics and the art of disqualification*

#### **Abstract**

The present article analyzes the relationship of Party of the Workers with the construction of the democracy in Brazil, from your foundation in February of 1980 to the I National Congress (1991). At the same time, search to identify the different conceptions democracy petistas and socialism, located in the strategic center of your project against-hegemony to Brazil. In a double movement,

it reconstructed the National Subject, in the sense of to demand and to propose a project national and it evidenced that your direction would necessarily go by the democracy and your relationship with the socialism. He/she/you stands out the perception of ambiguities and dicotomics, from your origin and along the decade of 1980, that contribute to the understanding of some of your apparent recent contradictions.

**Key words:** Party of the Workers; disqualification of the politics; requalificação of the politics; selective and unilateral enlargement of the State; he/she reforms intellectual and moral; meaning of the Brazilian political system